

35 SEMA na mesma fará um levantamento de como esta sendo tratada a questão do
36 pagamento por serviços ambientais no país. Colocou que na Câmara Técnica de Gestão
37 Participativa foram realizadas duas reuniões, onde foram aprovados o Regimento Interno
38 do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Sepotuba e a Minuta de Resolução n° 36 que
39 institui o mesmo, bem como uma Minuta de Moção solicitando à SEMA que delegue aos
40 Comitês de bacia instituídos a competência de deliberar dentro de sua área de atuação,
41 juntamente com a Portaria para que seja feita esta deliberação, ponderando que estas
42 minutas serão apresentadas no decorrer da reunião. Colocou ainda que na Câmara
43 Técnica de Águas Subterrâneas foram realizadas três reuniões, uma delas em que não
44 houve quorum, destacando que esta sendo discutida a influência da lei de saneamento
45 básico no licenciamento de poços em áreas atendidas pela rede publica de
46 abastecimento, conforme solicitação da SANECAP. Ponderou ainda que durante a
47 semana passada ocorreram algumas reclamações de proprietários de poços alegando
48 que a SANECAP estava notificando-os de que, em virtude da Lei de Saneamento Básico,
49 não poderiam utilizar mais a água proveniente de seus poços, tendo a SEMA entrado em
50 contato com a Presidência da SANECAP e a situação foi resolvida, ficando suspensa a
51 notificação pelo menos ate um posicionamento da Câmara Técnica e do CEHIDRO. Por
52 fim, colocou aos conselheiros que na Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano
53 Estadual de Recursos Hídricos foi realizada uma reunião, na qual não houve quorum,
54 destacando aos conselheiros a importância da participação ativa nesta câmara, uma vez
55 que ela é necessária para se ter a legalidade e dar publicidade ao Plano. Dando
56 continuidade aos informes, falou aos conselheiros que conforme já informado
57 anteriormente, estão ocorrendo oficinas em cada região hidrográfica brasileira para a
58 Revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos, destacando que o estado de Mato
59 Grosso já participou das oficinas referentes à Bacia Tocantins Araguaia, que ocorreu em
60 Brasília/DF, e à Bacia do Paraguai, que ocorreu em Cuiabá, ponderando que o Estado
61 estará encerrando sua participação na Revisão do Plano Nacional na oficina da Bacia
62 Amazônica, que ocorrerá entre os dias 15 e 17 de setembro em Rio Branco/AC. Em
63 seguida, informou aos conselheiros que durante a ultima reunião foi levantado um
64 questionamento quanto ao CEHIDRO ser uma instancia recursal ou não, especificamente
65 porque temos advogados integrando o CEHIDRO e os mesmos não podem atuar em
66 conselhos recursais, complementando que foi feita uma consulta à Assessoria Jurídica do
67 Gabinete da SEMA, a qual respondeu que o mesmo tem a competência recursal de
68 acordo com a Lei n° 6.945/97, sendo em seguida encaminhado o mesmo questionamento

69 para a Subprocuradoria do Meio Ambiente, a qual ainda não nos enviou resposta, porem
70 em conversa informal com o Dr. Patrick, que esta estudando o caso, ele colocou que o
71 entendimento é de que o CEHIDRO possui a função recursal. O Secretario Executivo
72 informou aos conselheiros que foi publicado o novo Decreto que regulamenta o CEHIDRO
73 no dia 28 de julho de 2010, com o número 2.707, colocando ainda que foi feito um
74 questionamento à Assessoria Jurídica do Gabinete da SEMA, questionando a
75 necessidade de realização de novas eleições, uma vez que o Decreto 2.707/2010 altera a
76 estrutura do conselho, ao que foi respondido que a estrutura do Conselho deverá ser
77 alterada ao termino do mandato atual, uma vez que os membros foram nomeados para o
78 biênio 2010/2011. A Secretaria do CEHIDRO complementou colocando aos conselheiros
79 que o novo decreto altera basicamente a estrutura do Conselho, que contara com nove
80 representantes governamentais, nove membros convidados e nove representantes de
81 organizações não governamentais e usuários de água, destacando que a forma de
82 eleição para este ultimo grupo também foi alterada. Dando continuidade aos informes,
83 colocou aos conselheiros que foi realizada um workshop em Jaciara para o lançamento
84 do projeto “Educação para a gestão integrada de recursos hídricos” onde tivemos a
85 participação de usuários, sociedade civil e governo, participantes estes do Sistema
86 Estadual de Recursos Hídricos, com o objetivo final a criação de comitês de bacia
87 hidrográfica, sendo todos os passos discutidos e apoiados pela sociedade em geral.
88 Colocou aos conselheiros que durante a última reunião da Câmara Técnica de
89 Acompanhamento de Projetos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos foi feita uma
90 apresentação do Plano Estadual, destacando que esta ocorrendo um movimento,
91 especialmente no Mato Grosso do Sul, visando a não liberação de empreendimentos
92 energéticos na Bacia do Alto Paraguai, em função da formação de reservatórios.
93 Ponderou que este é um questionamento feito por grupo pedindo que seja exigido o
94 estudo ambiental integrado e o estudo ambiental estratégico, destacando ainda que não
95 houve comunicação oficial, de forma que o Estado não se posicionou, colocando que
96 assim que o Estado for oficialmente comunicado a mesma será encaminhada aos
97 conselheiros. Colocou ainda que nesta Câmara Técnica foi solicitado que o tema fosse
98 discutido no CONAMA, porque o mesmo encontra-se na área de atuação deste. Informou
99 a seguir aos conselheiros que ocorreu em João Pessoa – PB, onde o Sr. Leandro
100 Maraschin representou a SEMA, colocando que foi apresentado o Plano Nacional de
101 Saneamento Básico, sendo um dos temas a relação entre os poços tubulares e a rede
102 pública de abastecimento, ponderando que a CTAS está discutindo o mesmo tema,

103 estando assim em consonância com as discussões realizadas em nível federal. Informou
104 aos conselheiros que ocorreu em Brasília uma reunião com a ANA para se discutir a
105 descentralização do outorga e fiscalização em rios de domínio da União que a ANA está
106 disposta a descentralizar a outorga, mas a fiscalização ficará sob sua responsabilidade,
107 ficando para os Estados como dever de casa saber se querem ou não esta
108 descentralização, definir os rios de seu interesse e como se procederá ou deverá ser
109 proceder esta descentralização, ficando de fato para o estado a responsabilidade de
110 comunicação com a ANA. Informou aos conselheiros que a revisão da lei 8.097/04
111 encontra-se novamente com a Subprocuradoria, destacando que anteriormente foi emitido
112 um parecer com uma serie de ponderações e sugestões de alteração na minuta, a qual foi
113 discutida com o Dr. Patrick Ayala, responsável pela sua análise e chegou-se a um acordo
114 sobre as alterações a serem feitas na minuta, já tendo sido enviado o texto novo para
115 análise e novo parecer. Dando continuidade à pauta, colocou em apreciação a minuta de
116 Resolução n° 36, que instituí o Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Sepotuba, sendo
117 colocado aos conselheiros pela Secretaria do CEHIDRO que já foi feita uma resolução
118 tratando do Comitê do rio Sepotuba, porém a mesma aprovava a proposta de criação do
119 mesmo e sua comissão Pró-Comitê, a qual elaborou o regimento interno e encaminhou
120 para análise na Câmara Técnica de Gestão Participativa, onde o mesmo foi aprovado por
121 estar de acordo com o artigo 22 da Lei 6.945/97, sendo agora necessário se instituir
122 realmente o Comitê. A secretaria do CEHIDRO leu o texto da Minuta de Resolução e o
123 Secretario Executivo colocou a mesma em votação, a qual foi aprovada por unanimidade.
124 Em seguida, colocou em apreciação a Minuta de Moção n° 10, que solicita que a SEMA
125 delegue para os comitês de bacia hidrográfica competências deliberativas dentro da área
126 de atuação dos mesmos, ponderando que de acordo com a Lei 6.945/97 os comitês no
127 Estado não possuem funções deliberativas. A secretária do CEHIDRO leu a minuta de
128 Moção e ponderou que temos também a minuta de portaria que será encaminhada junto
129 com a moção para a SEMA. O Sr. Nédio Pinheiro colocou que considera prematura esta
130 delegação pelo nível de comitê que temos. A sra. Leonice Lotufo, Gerente de Apoio e
131 Fomento a Comitê de bacia hidrográfica da SEMA colocou que realmente este é um tema
132 que tem que ser discutido, ponderando que os comitês do Estado não tem função
133 deliberativa e que os mesmos só existem por interesse e vontade dos participantes,
134 destacando ainda que falta apoio da SEMA. A sra. Ellen Pantoja, Gerente de Outorga,
135 ponderou que concorda com os pontos colocados, destacando porem que não e por ter o
136 poder deliberativo que os mesmos conseguirão assumir esta responsabilidade, sendo

137 complementada pelo Sr. Nédio Pinheiro que existe o recurso da SEMA para se fazer o
138 plano de bacia, que agora esta sendo levado adiante, destacando que acha insipiente, os
139 comitês estão despreparados e que isto ira engessar a gestão de recursos hídricos. O
140 Secretario Executivo colocou que dar a possibilidade deles deliberarem é uma forma de
141 se estimular a participação, pois as pessoas passam a ter poder de decisão sobre a sua
142 realidade local, sendo complementado pela conselheira Vera Lopes que as pessoas que
143 se encontram no local é que conhecem as reais necessidades da bacia. A conselheira
144 Telma Monteiro questionou ao Secretario executivo como esta essa situação no restante
145 do país, ao que foi respondida que somente no Mato Grosso que os comitês não tem
146 poderes deliberativos, destacando também que nos outros estados existe a figura da
147 agencia de bacia, que não existe na nossa legislação. A conselheira Telma Monteiro
148 ponderou que o comitê tendo poder deliberativo ira gerar uma pressão que fortalecerá o
149 CEHIDRO. A conselheira Alessandra Panizi colocou aos conselheiros que o Conselho
150 Municipal de Meio Ambiente de Cáceres determinou que algumas espécies de peixes não
151 poderiam ser mais pescadas, sendo posteriormente o caso levado ao CONSEMA, o qual
152 se absteve devido a ser uma atribuição do Conselho Municipal, ponderando que essa
153 mesma situação se aplicaria ao comitê na sua área de atuação e destacando que delegar
154 a competência deliberativa é uma forma de fortalecer os comitês de bacia. O Sr. Nédio
155 Pinheiro colocou que sua preocupação é que conhece o funcionamento do COVAPÉ,
156 único comitê já em funcionamento, ponderando que nada técnico tem sido discutido no
157 mesmo, diferentemente do que ocorre nos comitês de São Paulo e de outros estados. O
158 Secretario executivo ponderou que o comitê não poderá tomar nenhuma decisão que seja
159 contaria as leis vigentes nem as resoluções do CEHIDRO. A sra. Leonice Lotufo colocou
160 que não ter estrutura realmente é uma realidade, porem sendo dada esta competência ao
161 comitê pode-se fortalecer o mesmo e desenvolver o mesmo, e solicitou que fosse lida a
162 minuta de portaria. A conselheira Alessandra Panizi questionou porque é uma portaria,
163 sendo respondido pela Secretaria do CEHIDRO que foi feita uma consulta á Assessoria
164 jurídica do Gabinete se seria possível se delegar a competência deliberativa aos comitês,
165 uma vez que o art. 21 da lei 6.945/97 prevê que o órgão gestor pode delegar
166 competências aos comitês e de que forma isto deveria ser feito, sendo respondido que a
167 forma adequada seria através de portaria, lendo em seguida a minuta da mesma. A sra.
168 Ellen Pantoja ponderou que da forma como esta escrita a portaria o comitê teria
169 competência inclusive para decidir sobre outorga ou sobre os embargos dos pivôs que
170 foram feitos na região do COVAPÉ, sendo colocado pela conselheira Alessandra Panizi

171 que a outorga não seria definida pelo comitê porque esta é uma competência do
172 CEHIDRO, ponderando que em relação às multas, conforme o texto da minuta, o comitê
173 poderia sim definir a sua redução. O Secretário Executivo colocou aos conselheiros que
174 primeiramente deve se definir se a portaria será específica para cada comitê ou se será
175 geral, abrangendo todos, sendo aprovado pelos conselheiros que deveria ser feita uma
176 portaria única abrangendo todos os comitês instituídos. A conselheira Alessandra Panizi
177 sugeriu que a redação da portaria ficasse “Conceder aos Comitês de Bacia Hidrográfica a
178 função deliberativa sobre as competências expressas no art. 21 da Lei 6.945, de 05 de
179 novembro de 1997”, destacando que o texto ainda deve ser melhorado e sugerindo que
180 fosse feito de forma a ser resolvido nesta reunião. A conselheira Vera Lopes sugeriu que
181 a redação fosse melhor discutida na Câmara Técnica de Gestão participativa e apreciada
182 novamente na próxima reunião da Plenária. O Secretário Executivo colocou em votação
183 se o tema deveria ser apreciado na próxima reunião, o que foi aprovado pelos
184 conselheiros. Dando continuidade, o Secretário Executivo colocou aos conselheiros que é
185 necessário se alterar a data da próxima reunião do CEHIDRO, devido a coincidência da
186 mesma com o ENCOB, sugerindo que a mesma se realizasse no dia 11 de novembro de
187 2010, o que foi aprovado pelos conselheiros, ficando a confirmar apenas o local da
188 mesma. Colocou ainda que é necessário se marcar uma nova data para próxima reunião
189 da CTAS, sendo sugerido pela conselheira Vânia Borges que fosse realizada no dia 22 de
190 setembro às 09h, na sala do CEHIDRO, o que foi aprovado pelos conselheiros. Dando
191 continuidade à pauta, o Secretário Executivo colocou aos conselheiros que foi aprovada
192 em 13 de agosto de 2009 a Resolução nº 28, que suspende, temporariamente, na região
193 da Unidade de Planejamento e Gerenciamento do Rio São Lourenço – UPG P5 a
194 perfuração de poços tubulares para captação de águas subterrâneas, destacando que a
195 mesma tinha vigência de um ano, estando portanto encerrada, e que é necessário que
196 seja apresentado ao CEHIDRO o que foi feito neste período para resolver a questão do
197 desperdício de águas na região. Passou a palavra para a Sra. Talita Menezes e Sr.
198 Marcio Martins, Analistas de Meio Ambiente da SEMA, que apresentaram os resultados
199 obtidos. A Sra. Talita Menezes iniciou colocando que foi feito um levantamento e
200 diagnóstico da região, destacando que os fatores motivadores para isso foram a
201 mobilização da sociedade e ações de fiscalização da SEMA na região. Colocou que os
202 objetivos deste trabalho foram fazer um levantamento dos poços existentes, os locais
203 onde ocorre o desperdício e verificar os aspectos construtivos dos poços tubulares
204 jorrantes, apresentando os resultados do mapeamento feito. O Secretário executivo

205 questionou se os poços vistoriados estão licenciados, sendo respondido pela sra. Talita
206 Menezes que alguns possuem licenciamento e os não licenciados foram notificados para
207 que providenciassem a licença. A sra. Talita Menezes continuou a apresentação
208 apresentando diversas fotos de poços com problemas de vazamentos ou construtivos,
209 destacando porem que alguns dos poços visitados não apresentam este tipo de problema.
210 O Sr. Nédio Pinheiro complementou que alguns destes poços foram perfurados pela
211 METAMAT onde foram comunicados e estão programadas ações para o ano de 2011
212 para recuperar dois poços na região, ou o lacramento e construção de novos poços em
213 substituição aso que foram lacrados. A conselheira Telma Monteiro questionou se foi
214 verificado o poço da prestadora de serviços de Juscimeira, ao que a sra. Talita Menezes
215 respondeu afirmativamente. A conselheira Alessandra Panizi questionou se esta
216 ocorrendo contaminação, sendo respondido pelo Sr. Nédio Pinheiro que o problema no
217 local não e a contaminação, mas sim o desperdício de água, a diminuição da pressão e
218 temperatura. O conselheiro José Ferraz questionou se o prazo de vigência da Resolução
219 já expirou, ao que foi respondido afirmativamente pelo Secretario Executivo, sendo
220 complementado que neste prazo de vigência da Resolução não foi construído nenhum
221 novo poço na região. A conselheira Telma Monteiro questionou se a SEMA contou com a
222 cooperação dos órgãos ambientais municipais, sendo respondido pelo Sr. Nédio Pinheiro
223 que sim, e também com os órgãos responsáveis pelas obras e de turismo. O Secretario
224 Executivo questionou quanto ao posicionamento dos proprietários, sendo respondido pelo
225 Sr. Nédio Pinheiro que alguns já solucionaram o problema, ponderando que outros
226 mandaram inclusive um cronograma para a arrecadação de fundos para solucionar a
227 questão. O conselheiro Fernando Bittencourt questionou qual e o procedimento com os
228 proprietários que descumprirem a notificação, sendo respondido pelo Sr. Nédio Pinheiro
229 que eles não descumpriram a mesma por ignorância, mas sim devido aos altos custos da
230 solução. O Secretario Executivo colocou aos conselheiros que a moratória para a
231 perfuração já acabou, ponderando que deve ser definido que andamento será dado para
232 o problema. O Sr. Nédio Pinheiro colocou que conforme a legislação ambiental o
233 descumprimento da notificação no prazo estipulado gera infrações, tais como multas. A
234 Secretaria do CEHIDRO questionou quantos, dos poços verificados, são hoje um
235 problema a ser solucionado ao que o Sr. Nédio Pinheiro respondeu que são onze. A sra.
236 Leonice Lotufo questionou quanto seria o valor estimado para se recuperar cada poço, ao
237 que o Sr. Nédio Pinheiro respondeu que aproximadamente 100 mil reais, dependendo do
238 nível de comprometimento da estrutura de cada poço, pode ser um valor maior e que

239 muitas vezes se torna inviável e caro a recuperação, optando o empreendedor por fazer o
240 lacramento definitivo e construir um novo poço dentro das normas técnicas. A sra.
241 Leonice Lotufo ponderou que muitas destas pessoas não tem condições de solucionar
242 este problema, sendo complementada pelo Sr. Nédio Pinheiro que é o caso de 50%
243 delas. A sra. Leonice Lotufo colocou que multar estas pessoas não solucionaria a
244 questão, pois não teriam dinheiro para pagar a multa nem solucionar o problema,
245 sugerindo que fosse feita uma articulação de forma que consiga se conceder um
246 empréstimo para estas pessoas, visando a solução do problema de forma humanizada,
247 sendo complementado pela conselheira Telma Monteiro que esta é a função social do
248 Estado, uma vez que são propriedades pequenas e de subsistência. O conselheiro Jose
249 Ferraz questionou se não seria o caso de prorrogar a proibição de perfuração, sendo
250 ponderado pelo conselheiro Fernando Bittencourt que deve ser liberada novas
251 perfurações desde que ocorresse um estudo ambiental prévio porque não se sabe a
252 extensão do problema causado pela exploração das águas subterrâneas na região, ao
253 que o Sr. Nédio Pinheiro colocou que não seria a questão, uma vez que sabemos os
254 poços que existem e apresentam problemas. O Secretario Executivo complementou que
255 se o novo poço for construído de acordo com as normas técnicas não apresentara
256 problemas posteriormente, e sugeriu aos conselheiros que fossem trazidas soluções para
257 a próxima reunião em relação a forma de se viabilizar a restauração destes poços. A sra.
258 Leonice Lotufo informou aos conselheiros que o Seminário Estadual de Recursos Hídricos
259 esta previsto para ocorrer nos dias 08, 09 e 10 de novembro, na FIEMTEC, destacando
260 que ainda não estão abertas as inscrições de trabalhos porem será mantido o padrão
261 utilizado nos seminários anteriores. Nada mais a ser dito, o Secretário Executivo
262 agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 11h 36min e eu, Sibelle
263 Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo
264 Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

265
266
267
268 ALEXANDER TORRES MAIA
269 Presidente do CEHIDRO

268 LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI
269 Secretário Executivo do CEHIDRO

270
271 * *Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 12/11/2010.*

272 ** *Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*